

Fernando Molica

Os milagres de São Davi

Políticos às vezes operam milagres, como o de desencalhar a agora mais do que provável ida de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal e o de paular a até então enalhada sessão do Congresso para a análise do veto do presidente Lula (PT) ao projeto que diminui penas de condenados por golpismo.

O santo que atendeu às preces do governo e da oposição é o presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP). Ao tornar viável o que parecia impossível, ele conseguiu também a graça de atender a um desejo seu e de muita gente poderosa: mandou para o quinto dos infernos a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) que investigaria o Banco Master.

Alcolumbre, em condições para ele normais de alta temperatura e muita pressão, não teria maiores problemas em convocar uma sessão para a análise do veto presidencial.

Seu problema era o regimento do Congresso que prevê a instalação imediata de CPMIs que tenham obtido o número regimental de assinaturas, caso da que prevê a investigação do Master. Essa criação automática dependeria apenas de realização de sessão conjunta da Câmara e do Senado.

Bem ao seu estilo, Alcolumbre, que, bom velejador, sabe esperar os melhores ventos, fez o tempo correr a seu favor e, tratou de tocar a bola pro lado. Para evitar o assédio de colegas, tratou de convocar sessões semipresenciais no Senado. Enquanto isso, cozinhou o governo e a oposição, desgastou Messias e o próprio projeto da chamada dosimetria de penas.

Deixou também que o caso Master saísse das manchetes: sabia que o entusiasmo de parte do PL pela CPMI acabaria diminuindo na medida em que políti-

cos do partido e de aliados começassem a aparecer como suspeitos de envolvimento com o escândalo. Pré-candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro assinou, mas não trouxe a comissão.

A bomba Daniel Vorcaro está hoje, principalmente no colo do procurador-geral da República, Paulo Gonet, a quem caberá cuidar da delação premiada de Daniel Vorcaro e de suas explosivas consequências.

Dependente da vontade de Alcolumbre, o governo também demonstra ter aceitado a negociação. O Planalto, que nunca demonstrou querer a CPMI — muitos petistas não assinaram o requerimento para criá-la —, sabe que precisaria do OK do presidente do Senado para fazer com que Messias troque a Advocacia-Geral da União pelo STF.

E sabe também que, mais dia, menos dia, o veto teria que ser votado: é bem provável que, ainda no primeiro semestre, precise de uma sessão do Congresso para adaptar o orçamento de 2026.

Nada impede que, em uma futura sessão conjunta, a CPMI seja, como prevê o regimento, instalada de forma automática. Mas isso é diferente de fazer com que seus trabalhos sejam iniciados. Os partidos precisam indicar seus representantes — e já estamos na segunda quinzena de abril, maio é logo ali.

Depois tem festa junina, Copa do Mundo e eleição. Como em todo ano eleitoral, o Congresso terá no segundo semestre uma existência quase que burocrática.

Governistas e oposicionistas mais radicais vão reclamar do acordo costurado por Alcolumbre, mas as lideranças partidárias sabem que não tinham outra saída. Necessitadas de milagres, ajoelharam e agora têm que rezar pela oração de Alcolumbre.

Tales Faria

Acerto do TCU inclui fim da escala 6x1

A aprovação do deputado petista Odair Cunha (MG) como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) na terça-feira, 14, marca uma nova fase de bom entendimento entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os mandatários da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), com o aval do centrão.

O deputado teve seu nome aprovado por ampla maioria nas duas Casas graças ao apoio do centrão aos acordos firmados entre o presidente da República e os dois chefes do Congresso.

Os acordos incluem o apoio do presidente aos candidatos apontados pelos dois políticos em seus estados, e outras alianças regionais com o centrão. A derrubada da escala de trabalho 6x1 a tempo de ser usada nas eleições foi incluída nos acertos.

No caso de Alcolumbre, ele tem interesse na reeleição do governador do Amapá, Clécio Luís Vilhena Vieira (Solidariedade). Também entrou no acordo a aprovação do advogado-geral da União, Jorge Messias, como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A sabatina de Messias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado já foi antecipada, nesta quarta-feira mesmo, para o próximo dia 28.

Odair Cunha é o primeiro petista a conquistar a vaga de ministro do TCU pelo voto da Câmara. Em 2005, no primeiro governo Lula, o partido tentou eleger para o cargo o deputado José Pimentel (PT-CE), que acabou derrotado por 203 votos a 137 pelo ex-deputado Augusto Nardes (RS), um político de longa trajetória por partidos conservadores de direita, como Arena, PDS, PPR e, finalmente, o PP.

Em 2006, o PT sofreu nova derrota com o deputado Paulo Delgado (PT-MG), que foi superado por Aroldo Cedraz (PFL-BA), num placar de 172 votos a 148. Cedraz foi o candidato do chamado “baixo

clero”, indicado pelo então presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE). Aposentou-se agora em março e filiou-se ao PL. A sua vaga é que será ocupada por Odair Cunha.

Lula rompeu essa sequência de derrotas ao se acertar com Hugo Motta e Alcolumbre em acordos iniciados desde a eleição dos dois chefes do Congresso em 2023. Em troca do apoio do presidente naquela época, eles garantiram agora o nome do TCU.

A conversa foi arrematada no Palácio do Planalto, na terça-feira, 14, na cerimônia de posse do deputado José Guimarães (PT-CE), indicado pelos chefes do Congresso, como novo ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais.

Lula e Alcolumbre passaram a cerimônia trocando segredos ao pé de ouvido. Logo a seguir, o presidente almoçou com Hugo Motta, no Palácio do Planalto mesmo, quando acertaram o envio ao Congresso do projeto de lei, com urgência constitucional, do fim da escala 6 por 1. Motta saiu com a garantia de apoio do presidente à candidatura de seu pai, Nabor Wanderley (Republicanos), a senador pela Paraíba.

O projeto tramitará paralelamente aos textos de Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) sobre o assunto que já estão no Congresso. Por ter urgência constitucional, será votado no máximo em 90 dias. Mas se as PECs forem aprovadas antes, tanto melhor, e, se forem depois, passam a valer com prioridade, pois emendas constitucionais suplantam projetos de lei.

A ideia é que governo federal e o Congresso pudessem, na campanha eleitoral, se dizer pais da aprovação.

A oposição se viu obrigada a tentar impedir a votação e PL pediu vista ao texto do fim da escala de 6x1, que acabará sendo votado. Ficará com a marca de que tentou impedir o benefício para os trabalhadores.

General Pazuello*

E agora, DJ?

A relação entre o universo do funk, especialmente o “proibidão”, e o narcotráfico no Brasil é um tema complexo que envolve segurança pública, liberdade de expressão, desigualdade social e a criminalização da periferia.

Portanto, vamos com calma.

Para entender essa dinâmica, é preciso analisar os diferentes contextos que levam à prisão de artistas e como o Estado enxerga essa manifestação cultural.

A linha que divide a liberdade de expressão (relato do cotidiano) e a apologia ao crime é o centro das batalhas judiciais envolvendo vários MCs.

Muitos artistas argumentam que suas letras apenas descrevem a realidade das favelas, onde o tráfico é um poder estabelecido.

A justiça muitas vezes interpreta menções a facções, armas ou exaltação de chefes do tráfico como incentivo à prática criminosa (apologia, Art. 287 do Código Penal).

Ao longo das últimas décadas, diversos nomes do funk foram detidos sob diferentes acusações.

MC Poze do Rodo: Já foi alvo de investigações e mandados de prisão sob acusação de ligação com facções criminosas e apologia ao tráfico em suas apresentações, sem condenação;

MC Neginho do Kaxeta e MC Kauan: Casos que geraram debates sobre a criminalização do estilo musical e a repressão policial em São Paulo e na Baixada Santista, sem condenação;

O Caso Histórico (Anos 90/2000): Artistas como MC Galo foram pioneiros em enfrentar processos por letras que narravam a guerra entre comunidades e a polícia, sem condenação;

MC Ryan: sem condenação.

Existe uma zona cinzenta no financiamento de eventos em comunidades dominadas pelo tráfico. Aí pode estar a lavagem do Narco!

Poder Paralelo: Em muitas comunidades, o tráfico atua como “patrocinador” de bailes, pois esses eventos movimentam a economia local e servem como lazer para a população.

Coação: Muitos artistas afirmam que se apresentam em determinadas áreas por imposição do poder local, não tendo escolha sobre onde ou para quem cantar.

Lavagem de dinheiro: Investigações policiais por vezes apontam que produtoras ou eventos de funk seriam usados para lavar dinheiro do crime organizado.

O debate sobre a prisão de MCs frequentemente recai sobre o viés do sistema judiciário.

Estigma Social: Críticos argumentam que o funk sofre o mesmo processo que o samba e a capoeira sofreram no passado: a criminalização de uma cultura de matriz negra e periférica;

Segurança Pública: Por outro lado, autoridades de segurança defendem que o funk “proibidão” serve como ferramenta de propaganda para facções, auxiliando no recrutamento de jovens e na intimidação de moradores.

Mas, samba é samba, jazz é jazz, sertanejo é sertanejo!

E, o funk do mal, é funk do mal e fim.

A prisão de MCs no Brasil raramente é um evento isolado; ela reflete a tensão entre o Estado e as comunidades onde o narcotráfico preenche vácuos de poder. Enquanto a justiça foca na letra da música, a sociologia aponta que o funk é apenas o sintoma, e não a causa da violência estrutural no país.

Agora, quero ver dançar, no xilindró!

*Deputado federal pelo Rio de Janeiro